



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

PRECARIEDADE HABITACIONAL NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA: um primeiro olhar a partir dos Níveis de Integração

Autores:

Camila D'Ottaviano - FAUUSP - camila.dottaviano@gmail.com

Suzana Pasternak - FAUUSP - suzanapasternak@gmail.com

Ângela Luppi Barbon - CDHU - albarbon@uol.com.br

Resumo:

Este artigo parte de duas inquietações iniciais: em primeiro lugar a percepção de que várias das dinâmicas identificadas historicamente como típicas da Região Metropolitana de São Paulo ultrapassaram seus limites e são perceptíveis em municípios e mesmo regiões contiguas; e a necessidade de um olhar para além da metrópole tradicional para a compreensão dessas novas dinâmicas. E de uma questão central: como se comporta a precariedade habitacional nesse novo território? A partir dessas inquietações propomos aqui uma análise sobre uma ampla porção do território cuja dinâmica recente ainda carece de análise: a Macrometrópole Paulista. O artigo procura investigar o comportamento da precariedade habitacional nesse novo território macrometropolitano, procurando identificar novas formas de desigualdade territorial. Para isso, serão analisadas as principais características dos espaços favelados presentes nesse território a partir da análise dos censos demográficos de 2000 e 2010 e de sua relação com os níveis de integração à dinâmica da metropolização dos municípios que a compõem.



PRECARIEDADE HABITACIONAL NA MACROMETRÓPOLE PAULISTA:

um primeiro olhar a partir dos Níveis de Integração

Este artigo parte de duas inquietações iniciais: em primeiro lugar a percepção de que várias das dinâmicas identificadas historicamente como típicas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ultrapassaram seus limites e são perceptíveis em municípios e mesmo regiões contíguas; e a necessidade de um olhar para além da metrópole tradicional para a compreensão dessas novas dinâmicas. E de uma questão central: como se comporta a precariedade habitacional nesse novo território?

A partir dessas inquietações propomos aqui uma análise sobre uma ampla porção do território cuja dinâmica recente ainda carece de análise: a Macrometrópole Paulista (MMP).

A Macrometrópole Paulista, como território relevante na dinâmica produtiva e urbana brasileira, tem sido objeto de estudo e análise por parte de economistas (AZZONI 1986, DINIZ 1993, CANO 1998, NEGRI 1996 e ABDAL 2009), geógrafos (LENCIONI 2007 e 2008 e SPOSITO 2009 e 2013) e urbanistas (REIS 2006 e 2007, MEYER et al 2015) há pelo menos duas décadas.

O processo de expansão territorial da metrópole tradicional é definido de distintas formas - *desconcentração concentrada* (AZZONI 1986), *desenvolvimento poligonal* (DINIZ 1993), *cidade-região* (LENCIONI 2007), *urbanização dispersa* (REIS 2007) - todas elas complementares e interligadas. A Macrometrópole Paulista é composta por um Campo Aglomerativo de cerca de 150 quilômetros de raio a partir do centro geográfico da cidade de São Paulo (ADBAL 2009).

A metrópole espalhada e difusa, como a atual metrópole de São Paulo, indica que estamos sob um patamar da urbanização decorrente de mudanças profundas que alteram a produção do espaço. Compartilhamos da posição de alguns autores, como Lacourt, de que estamos vivendo um processo de metropolização que diz respeito “ao conjunto de processos que privilegiam as grandes dimensões urbanas marcadas pelas transformações do sistema produtivo apreendido a nível internacional e mundial”. Esse processo “conduz às organizações e às recomposições territoriais novas, tanto no plano interno dos conjuntos urbanos que lhes

dizem respeito, quanto relativos às suas relações externas” (Lacourt, 1999: 64). (LENCIONI 2008, p. 8)

Lencioni (2008) aponta que para pensar (e entender) a dinâmica urbana contemporânea é necessário ter como parâmetros os conceitos de concentração e centralização do capital. Ao mesmo tempo, faz-se necessário entender como esses fenômenos se espacializam num território cada vez mais disperso, numa “(...) metrópole difusa e espreada territorialmente, uma única bacia de trabalho e *habitat*”. (REIS 2007, p. 13)

Estudos recentes sobre a RMSP mostram que algumas dinâmicas e características antes associadas ao território metropolitano tradicional, como a concentração de indústrias de ponta, equipamentos, mercado de trabalho (LENCIONI 2007 e 2008, ABDAL 2009, REIS 2007) e elite dirigente¹ (BÓGUS e PASTERNAK 2016), tem paulatinamente avançado para territórios contíguos à RMSP.

Por outro lado, análises como a proposta por Ribeiro et. Al (2012) apontam que parte dos vários municípios que compõe as regiões metropolitanas que conforma a macrometrópole tem pouca ou nenhum relação (integração) com a dinâmica metropolitana.

Este artigo procura investigar o comportamento da precariedade habitacional nesse novo território macrometropolitano, procurando identificar novas formas de desigualdade territorial (LENCIONI 2007). Para isso, serão analisadas as principais características dos espaços favelados² presentes nesse território a partir da análise dos censos demográficos de 2000 e 2010³ e de sua relação com os níveis de integração à dinâmica da metropolização dos municípios que a compõem (RIBEIRO et al. 2012).

¹ Categoria sócio-ocupacional definida conforme metodologia da rede nacional Observatório das Metrôpoles.

² De acordo com o Manual de Delimitação dos Setores, o Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal “cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública

² De acordo com o Manual de Delimitação dos Setores, o Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal “cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

“a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos);

“b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Ainda que os setores censitários classificados como subnormais nos censos do IBGE não representem a totalidade de assentamentos precários são uma aproximação bastante confiável para uma análise comparativa de um território amplo como a proposta neste trabalho.

³ Nota sobre disponibilidade dos dados. A partir do Censo Demográfico de 2000 o IBGE disponibiliza as bases cartográficas digitais dos setores censitários. Isto possibilita a análise mais detalhada da distribuição territorial dos setores subnormais e a avaliação da subnormalidade em relação a outras categorias de análise como, no caso deste estudo, os níveis de integração dos municípios à dinâmica de metropolização.



As perguntas que pretendemos responder são: qual é a cara da precariedade habitacional nessa metrópole espraiada? Tem localizações especiais? Suas características mudaram em relação às áreas precárias da metrópole tradicional? A nova configuração macrometropolitana do território influencia a localização, configuração e características das áreas precárias? É possível identificar mudanças significativas ou um comportamento tipo ao longo do último período intercensitário?

A MACROMETRÓPOLE PAULISTA

A Macrometrópole Paulista pode ser caracterizada como o espraiamento da zona de influência da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) rumo ao seu interior próximo (Campinas, São José dos Campos e Sorocaba) e ao litoral (Santos). (ABDAL 2009).

Essa forma urbana – a cidade-região – se constitui não só numa forma urbana, mas também numa forma da divisão social e territorial do trabalho. A cidade-região, é importante destacar, se constitui como produto de um momento específico do capitalismo e de suas formas próprias de reprodução do capital. Sua compreensão não se desvincula da compreensão da dinâmica de valorização do capital porque ela expressa o desenvolvimento territorial produzido por essa dinâmica capitalista.

(...) Quanto à cidade-região vale dizer que ela permite compreender com clareza a inversão da equação tempo/espço, na qual o tempo é o dominante e, o espaço, o subordinado, para a equação espaço/tempo, na qual se inverte a posição de dominação e sujeição, indicando a importância que assume a concentração territorial de determinadas condições gerais de produção. Além do mais, a sobredeterminação do espaço sobre o tempo torna visível os limites das análises que entendem o espaço como reduzido a uma superfície inerte, uma superfície passiva, um receptáculo onde as coisas acontecem. Ele é dinâmico em si mesmo.

Essa cidade-região não é homogênea contendo descontinuidades, quer em relação às inversões de capital, quer dizendo respeito à densidade das condições gerais de produção e quer dizendo respeito ao seu substrato natural, com suas elevações e depressões, com seus vales, solos, bacias hidrográficas, clima e vegetação.

De limite de difícil precisão, os limites da cidade-região guardam relação estreita com as condições de circulação: materiais e imateriais. (...) (LENCIONI 2007, s/p).



A Macrometrópole Paulista se forma a partir do processo de espraiamento da indústria de transformação rumo ao seu interior próximo, numa área compreendida pela zona de influência da RMSP. Do ponto de vista econômico, esse espraiamento possibilita que uma empresa se situe dentro de certa região, gozando de suas vantagens aglomerativas porém fugindo dos altos custos locacionais da grande cidade/metrópole.

A metrópole contemporânea, devido ao seu espraiamento territorial e a conurbação de cidades apresenta uma densidade populacional menor que a metrópole coesa do passado. Seus limites territoriais são difusos, dado o grande grau de dispersão, por exemplo, da população, das atividades de consumo, da área construída e das atividades produtivas. Mas, essa dispersão não deve comprometer, no entanto, a visão de que ela possui um alto coeficiente de concentração, a exemplo da concentração de trabalho qualificado, de serviços produtivos, ou seja, daqueles serviços voltados ao atendimento às empresas, notadamente de empresas com fortes vínculos com o mercado mundial, de fluxos virtuais, de população, de renda e de edifícios verticalizados. (LENCIONI 2008, p.9).

Diniz (1993) afirma que essa nova configuração espacial está condicionada “à existência de uma rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além de maior nível relativo de renda dessas regiões” (p. 1993, p.39).

Nesse processo de desconcentração industrial e de reconfiguração espacial do setor produtivo ao longo dos anos 1980 e 1990, a presença de atividades de alta tecnologia aumentou a força aglomerativa dessas regiões, em especial da região metropolitana de São Paulo e do seu entorno.

Abdal afirma que “(...) a desconcentração industrial da RMSP para as demais regiões do país não ocorreu de forma aleatória, mas seguiu uma hierarquia fundada no grau de modernidade e dinamismo, ou seja, quanto mais moderna e dinâmica for a atividade em questão, maior a sua probabilidade de permanecer – ou até se reconcentrar – na região correspondente à Macrometrópole Paulista, formada pela RMSP e por seu entorno” (2009, p.55).

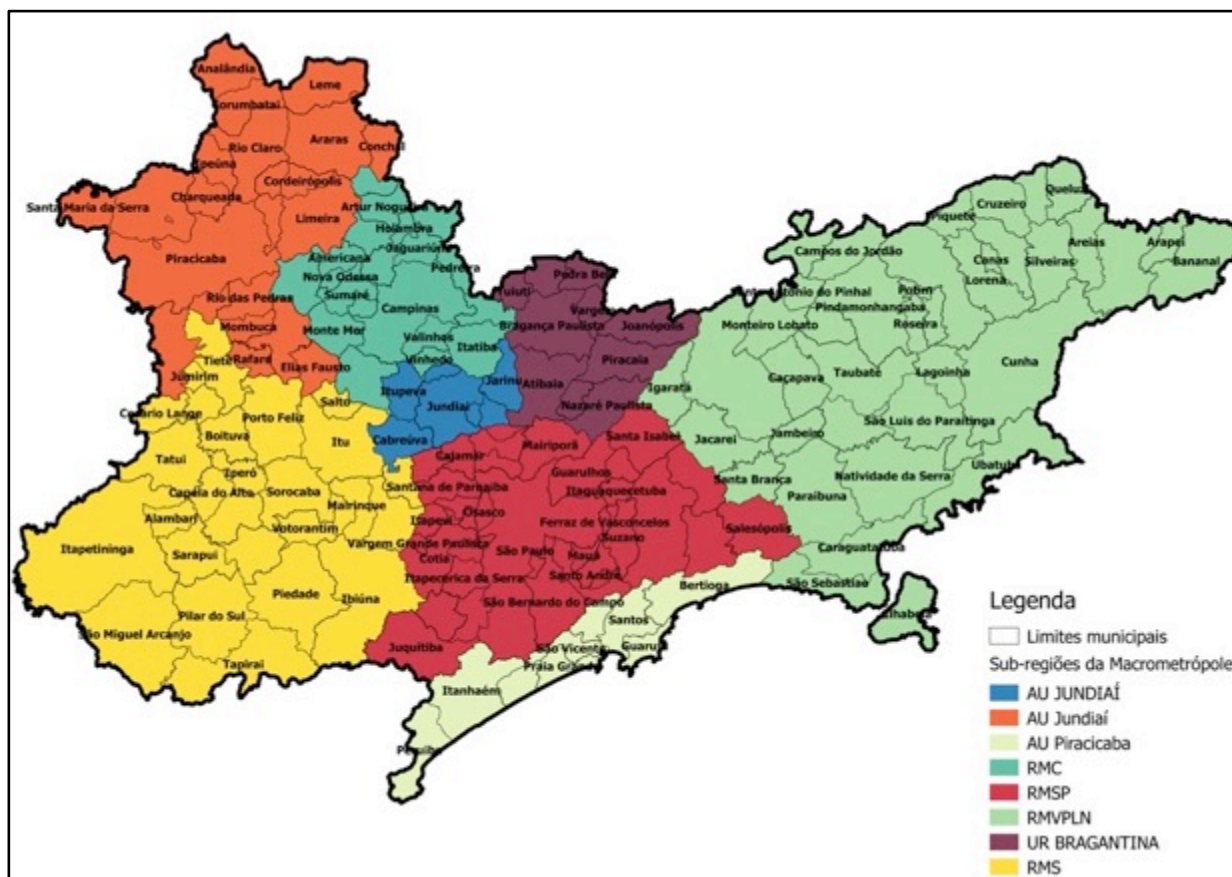
No caso do território paulista, a presença e ampliação dos meios de circulação relacionados às indústrias de alta tecnologia, como as estradas, potencializaram a articulação do território da macrometrópole (OTERO 2016).

Essa gigantesca mancha urbana, como a da atual metrópole de São Paulo, requer incorporação crescente de áreas que chegam ao mercado de terras supervalorizadas em relação à valorização anterior. Mas, essas terras apresentarem valor unitário menor em comparação a algumas áreas tradicionais da cidade e é essa dinâmica de preços que faz com que novas áreas sejam continuamente incorporadas à lógica do mercado de terras da metrópole, contribuindo para a indefinição dos limites metropolitanos. (LENCIONI 2008, pp.9-10).



Para efeito deste artigo utilizamos a delimitação de Macrometrópole Paulista feita pela EMPLASA: “abriga a Região Metropolitana de São Paulo (...), além das RMs da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina (...)”, num total de 174 municípios. (<https://www.emplasa.sp.gov.br/MMP>). A listagem completa dos municípios que compõe a MMP pode ser vista no Quadro 1.

Figura 1 – Macrometrópole Paulista: sub-regiões e municípios



Fonte: Emplasa, 2018. Elaboração própria.



Quadro 1 – Composição da Macrometrópole Paulista

Sub-Região	Municípios	
Macrometrópole Paulista (MMP)	174 municípios	
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	39	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista
Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)	09	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente
Região Metropolitana de Campinas (RMC)	20	Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo
Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte (RMVP)	39	Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté, Tremembé e Ubatuba
Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)	27	Alambari, Alumínio, Araçariçuama, Araçoiaba da Serra, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Ibiúna, Iperó, Itapetininga, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Tatuí, Tietê e Votorantim
AU Jundiá (AUJ)	07	Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira e Várzea Paulista
AU Piracicaba (AUP)	23	Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Laranjal Paulista, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro
UR Bragantina (URB)	10	Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Pedra Bela, Nazaré Paulista, Pinhalzinho, Piracaia, Tiuti, Vargem

Fonte: Emplasa, 2018. Elaboração própria.

O crescimento populacional mostra a importância da Macrometrópole Paulista ao longo da década, 83% do acréscimo populacional do Estado (3,5 milhões de pessoas), conforme mostra a tabela 1. Ainda que o crescimento da RMSP em relação ao total do Estado (46,83%) esteja bastante próximo dos percentuais de distribuição da população em 2000 e 2010, vemos que o acréscimo populacional relativo do Município de São Paulo foi inferior ao da distribuição da população na década o que indica que os demais municípios provavelmente tiveram um acréscimo relativamente maior. Outro destaque é a Região Metropolitana de Campinas, cujo acréscimo populacional representou 11% do total do Estado.

Tabela 1 – Macrometrópole Paulista, ESP e RMs: população 2000 e 2010

Estado e Regiões / População	2000		2010		2000 a 2010	
	População	% população do ESP	População	% população do ESP	Acréscimo de população	% do ESP
Estado de São Paulo (ESP)	37.035.456	100,00%	41.262.199	100,00%	4.226.743	100,00%
Macrometrópole Paulista (MMP)	26.691.806	72,07%	30.080.358	72,90%	3.388.552	80,17%
Município de São Paulo (MSP)	10.435.546	28,18%	11.253.503	27,27%	817.957	19,35%
Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	17.476.789	47,19%	19.456.367	47,15%	1.979.578	46,83%
Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)	1.461.178	3,95%	1.653.543	4,01%	192.365	4,55%
Região Metropolitana de Campinas (RMC)	2.264.520	6,11%	2.735.378	6,63%	470.858	11,14%
Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte (RMVP)	1.848.448	4,99%	2.131.448	5,17%	283.000	6,70%
Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)	1.602.909	4,33%	1.726.785	4,18%	123.876	2,93%
AU Jundiaí (AUJ)	531.056	1,43%	664.361	1,61%	133.305	3,15%
AU Piracicaba (AUP)	1.180.570	3,19%	1.332.507	3,23%	151.937	3,59%
UR Bragantina (URB)	326.336	0,88%	379.969	0,92%	53.633	1,27%

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010. Elaboração própria.

Lencioni (2008) afirma é que justamente a combinação entre dispersão e concentração que define o espaço da metrópole contemporânea. São justamente os níveis de integração das várias regiões que compõe a Macrometrópole Paulista que podem nos ajudar a entender esse complexo território que se espalha e se concentra de forma concomitante e dialética, “pois o que é disperso é a *forma* que assume a aglomeração” (pg. 9).

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO NA MACROMETRÓPOLE

Em 2012, a rede nacional Observatório das Metrôpoles produziu o relatório de pesquisa “Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, Rides e AUs à Dinâmica da Metropolização” (RIBEIRO et al. 2012) com o propósito de contribuir para os estudos sobre o processo de metropolização brasileiro e suas dinâmicas de concentração e difusão de artefatos econômicos, políticos, sociais e culturais. Tendo os municípios e seus distintos níveis de integração⁴ como variável principal de análise.

Foram analisadas 59 unidades, entre regiões metropolitanas (RMs), aglomerações urbanas (AUs), regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs), capitais regionais, centros regionais ou de zonas, conforme hierarquia da REGIC (Regiões de Influência das Cidades – IBGE):

Por meio de análise estatística que utiliza indicadores relativos ao porte populacional, econômico e funcional, grau de urbanização, densidade,

⁴ “Para classificação dos municípios segundo níveis de integração escolheu-se um conjunto de informações representativas da dinâmica metropolitana brasileira, como o grau de concentração/distribuição de população, produto, rendimentos e fluxos de população em movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo entre municípios das aglomerações, assim como realização de funções específicas e fundamentais à realização das atividades econômicas e suporte aos fluxos interaglomerações, como a presença de portos e aeroportos.” (RIBEIRO et al. 2012, p. 11).



ocupação e mobilidade populacional, foi possível agrupar os municípios conforme níveis de integração à dinâmica da metropolização – que vão desde a identificação dos polos das unidades e municípios de elevada integração até àqueles com integração muito baixa. Sendo assim, os núcleos das 59 unidades analisadas foram considerados como polos e os demais níveis de integração identificados foram: extensão dos polos, muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo. (RIBEIRO et al. 2012, pp. 2-3)

Ainda de acordo com o relatório:

Essa classificação possibilita clarificar a diversidade social, econômica e funcional das unidades analisadas. Nesses grupos, há unidades que apresentam, além dos polos, um fenômeno de extensão destes, são municípios em avançado processo de metropolização com uma dinâmica de integração altíssima, tanto na escala regional quanto nacional. Esses municípios juntos reúnem expressiva parcela da população, produção de riqueza e apropriação de renda no país. Há outras unidades que também apresentam uma dinâmica metropolitana, com participação considerável de municípios com integração muito alta e alta. Simultaneamente, existem unidades com maior participação de municípios com nível alto ou médio de integração, para os quais é possível atribuir um estágio de transição em direção a uma participação mais efetiva no processo de metropolização. Já as unidades que apresentam maior presença de municípios com nível de integração baixo ou muito baixo não podem ser identificadas como de natureza metropolitana, embora sejam consideradas regiões metropolitanas, em termos institucionais. (RIBEIRO et al. 2012, p. 3)

Tabela 2 - Distribuição dos municípios segundo natureza da unidade a partir do REGIC e níveis de integração – Regiões Metropolitanas

Níveis de Integração	Nº Total de Municípios	Metropolitanas			Macrometrópole Paulista	
		Nº de municípios	Distribuição (%)	Participação no total (%)	Na MMP	Participação nas demais unidades
Polo	59	12	4,50%	2030,00%	1	8,30%
Extensão do polo	20	20	7,50%	10000,00%	10	50,00%
Muito Alto	88	53	19,90%	6020,00%	13	24,50%
Alto	102	46	17,20%	5410,00%	8	17,40%
Médio	168	67	25,10%	3990,00%	6	9,00%
Baixo	183	50	18,70%	2730,00%	1	2,00%
Muito Baixo	325	19	7,10%	580,00%	0	0,00%
Total	945	267	100,00%	2830,00%	39	14,60%

Fonte: Ribeiro et al. 2012. Elaboração própria.

As análises apontam que 167 municípios foram classificados como polo, extensão do polo, muito alto e alto, ou seja, 17,7% do total de municípios analisados (945 municípios). Desse total, 77 municípios, ou 46% do total nacional de municípios com alta integração



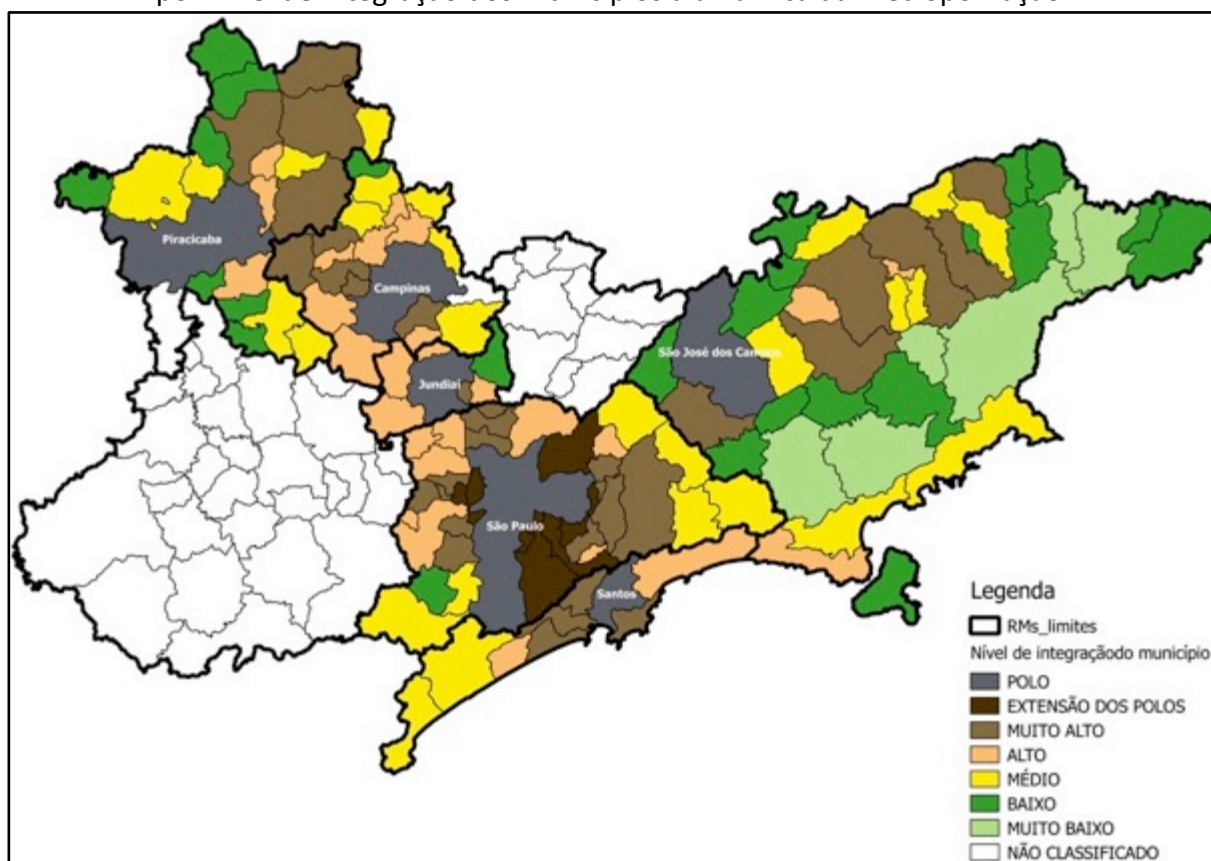
metropolitana, ou “os municípios que efetivamente representam uma síntese do processo de metropolização brasileiro” (RIBEIRO et al. 2012, p. 28)

Tabela 3 - Distribuição dos municípios segundo natureza da unidade a partir do REGIC e níveis de integração – Regiões Metropolitanas

Níveis de Integração	Nº Total de Municípios	Demais Unidades			Macrometrópole Paulista	
		Nº de municípios	Distribuição	Participação no total	Na MMP	Participação nas demais unidades
Polo	59	47	6,90%	79,70%	6	12,80%
Extensão do polo	20	0	0,00%	0,00%	0	-
Muito Alto	88	35	5,20%	39,80%	21	60,00%
Alto	102	56	8,30%	54,90%	19	33,90%
Médio	168	101	14,90%	60,10%	21	20,80%
Baixo	183	133	19,60%	72,70%	24	18,00%
Muito Baixo	325	306	45,10%	94,20%	6	2,00%
Total	945	678	100,00%	71,70%	6	2,00%

Fonte: Ribeiro et al. 2012. Elaboração própria.

Figura 2 – Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas da Macrometrópole Paulista por Nível de Integração dos Municípios à dinâmica da Metropolização



Fonte: RIBEIRO et al. 2012. Elaboração própria.

O mapeamento dos dados mostrou uma contiguidade territorial no Estado de São Paulo entre as várias unidades institucionalizadas - RM São Paulo, RM Campinas, RM Baixada Santista, RM Vale do Paraíba e Litoral Norte, AU Piracicaba e AU Jundiaí -, “sendo a Grande Metrôpole Nacional o centro dessa dinâmica, que apresenta elevada integração. Nessa

perspectiva, há subsídios para debate acerca da formação ou consolidação de uma grande aglomeração urbano-metropolitana nesse estado, a Macrometrópole Paulista (...).” (RIBEIRO et al. 2012, p. 29)

Tabela 4 - Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas de São Paulo por Nível de Integração⁵

Unidades Territoriais da MMP	Polo	Extensão do Polo	Muito Alto	Alto	Médio	Baixo	Muito Baixo	Total
RMSP	1	10	13	8	6	1	-	39
RMC ⁽¹⁾	1	-	6	6	5	1	-	19
RMVP	1	-	6	3	8	15	6	39
AUP	1	-	4	4	6	7	-	22
RMBS	1	-	4	2	2	-	-	9
AUJ	1	-	1	4	-	1	-	7
Total	6	10	34	27	27	25	6	135

Fonte: RIBEIRO et al. 2012. Elaboração própria.

Nas análises, a RM de Campinas é a que apresenta a maior presença de municípios com níveis alto e muito alto de integração – 12 municípios ou 70% do total. Entre as regiões cujos polos são Capitais Regionais B ou C, as com maior presença de municípios com integração alta ou muito alta são o Vale do Paraíba e Litoral Norte (26%), AU de Piracicaba (41%) e Baixada Santista (78%).

O mesmo acontece com AU de Jundiaí, onde apenas 1 (um) dos 9 (nove) municípios que compõe a região não apresenta níveis de integração alto ou muito alto. Para o Brasil todo, esta é a única região cujo polo é um centro regional ou de zona que apresenta alto nível de integração.

FAVELAS NA MACROMETRÓPOLE

EVOLUÇÃO ENTRE 2000 E 2010

A favela é um fenômeno macrometropolitano: entre os 55 municípios com favelas no estado de São Paulo em 2010, 41 eram municípios situados dentro do que se convencionou chamar de macrometrópole paulista (MMP). Assim, se entre os municípios estaduais paulistas 8,53% apresentavam aglomerados subnormais em 2010. Para a MMP este percentual sobe para 23,70%. Pela Tabela 5 nota-se que algumas das unidades territoriais pertencentes à MMP têm mais municípios com favelas: a metrópole de São Paulo, a da Baixada Santista, a de Campinas e a Aglomeração Urbana de Jundiaí.

⁵ O estudo “Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, Rides e AUs à Dinâmica da Metropolização. Relatório de Pesquisa” (Ribeiro et al. 2012) analisa apenas as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e São José dos Campos e Litoral e aglomeração urbana de Piracicaba, deixando de fora a RM Sorocaba e a região Bragantina.

Tabela 5: Macrometropole paulista: município com favela em 2010

Unidades Territoriais da MMP	municípios com favela	total de municípios	% com favelas
RMSP	20	39	51,28%
RMBS	4	9	44,44%
RMC	6	20	30,00%
RMVP	3	39	7,69%
RMS	1	27	3,70%
AUJ	2	7	28,57%
AUP	3	23	13,04%
URB	1	10	10,00%
Total MMP	40	174	22,99%

Fonte: Censo demográfico de 2010.

Tabela 6 – Aglomerados, domicílios e população favelada na MMP, por unidade territorial, 2010

Unidades Territoriais da MMP	Aglomerados subnormais	Domicílios		População		Percentual em favelas	
		Totais	Favelados	Total	Favelada	Domicílios	População
RMSP	1.703	6.089.366	596.479	19.456.367	2.169.502	9,80%	11,15%
RMBS	130	527.727	83.543	1.653.543	297.091	15,83%	17,97%
RMC	134	874.903	43.508	2.735.378	160.825	4,97%	5,88%
RMVP	17	684.426	5.091	2.131.448	18.522	0,74%	0,87%
RMS	8	562.547	1.126	1.726.785	4.302	0,20%	0,25%
AUJ	12	215.136	6.175	664.361	22.949	2,87%	3,45%
AUP	30	409.774	4.963	1.332.507	16.696	1,21%	1,25%
URB	1	116.738	354	379.969	1.240	0,30%	0,33%
Total MMP	2.047	9.480.617	741.239	30.080.358	2.691.127	7,82%	8,95%

Fonte: Censo Demográfico de 2010

Pela Tabela 6, nota-se que existiam mais de 2000 aglomerados favelados na macrometropole em 2010. Nestes 2.047 aglomerados computava-se 741.239 domicílios, com 2.691.127 moradores. Isto representa um percentual de 7,64% do total de domicílios e 8,95% da população macrometropolitana.

A maior proporção de favelados situa-se na Região Metropolitana da Baixada Santista, seguida pela Região Metropolitana de São Paulo e a de Campinas. Nas outras unidades territoriais o fenômeno não é tão marcante, a não ser na AU de Jundiaí, onde o percentual de favelados alcança quase 3,5% da população total.



Tabela 7- População e domicílios totais e favelados, 2000 e 2010, MMP, por unidade territorial. Taxas geométricas de crescimento anual

Unidades Territoriais da MMP	Agglomerados subnormais				Total				Taxas 2000-2010			
	2000		2010		2000		2010		Agglomerados		Total	
	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População
RMSP	416.143	1.652.757	596.479	2.169.502	4.931.276	17.476.789	6.089.366	19.456.367	3,67%	2,76%	2,13%	1,08%
RMBS	49.000	189.785	83.543	297.091	423.417	1.461.178	527.727	1.653.543	5,48%	4,58%	2,23%	1,24%
RMC	35.088	139.398	43.508	160.825	644.798	2.264.520	874.903	2.735.378	2,17%	1,44%	3,10%	1,91%
RMVP	1.688	7.048	5.091	18.522	500.818	1.848.448	684.426	2.131.448	11,67%	10,14%	3,17%	1,43%
RMS	500	2.087	1.126	4.302	431.827	1.602.909	562.547	1.726.785	8,46%	7,50%	2,68%	0,75%
AUJ	3.440	17.649	6.175	22.949	148.297	531.056	215.136	664.361	6,02%	2,66%	3,79%	2,26%
AUP	3.479	14.798	4.963	16.696	326.995	1.180.570	409.774	1.332.507	3,62%	1,21%	2,28%	1,22%
URB	295	1.272	354	1.240	89.752	326.336	116.738	379.969	1,84%	-0,25%	2,66%	1,53%
Total MMP	509.633	2.024.794	741.239	2.691.127	7.497.180	26.691.806	9.480.617	30.080.358	3,82%	2,89%	2,37%	1,20%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Na Tabela 7 nota-se o aumento de mais de 233 mil domicílios favelados durante a década na MMP, praticamente 12% do aumento de 1.983.437 domicílios na região. Este aumento de mais de 233 mil domicílios reflete-se no aumento de 594 mil favelados na região, 17,5% do incremento populacional de 3.388.552 moradores na MMP na década entre 2000 e 2010. Trata-se de aumento alarmante, refletindo deterioração das condições de moradia na macrometrópole.

Tabela 8- Proporção de domicílios e de população favelada por unidade territorial da MMP, 2000 e 2010

Unidades Territoriais da MMP	População favelada		Domicílios em favela	
	2000	2010	2000	2010
RMSP	9,46%	11,15%	8,44%	9,80%
RMBS	12,99%	17,97%	11,57%	15,83%
RMC	6,16%	5,88%	5,44%	4,97%
RMVP	0,38%	0,87%	0,34%	0,74%
RMS	0,13%	0,25%	0,12%	0,20%
AUJ	3,32%	3,45%	2,32%	2,87%
AUP	1,25%	1,25%	1,06%	1,21%
URB	0,39%	0,33%	0,33%	0,30%
Total MMP	7,59%	8,95%	6,80%	7,82%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Esta piora de condições domiciliares não se deu de forma homogênea em todas as unidades territoriais da macrometrópole. Ela é mais evidente nas regiões metropolitanas de São Paulo, onde a proporção de favelados aumentou de 9,46% da população total em 2000 para 11,15% em 2010, e na Baixada Santista, onde a proporção de 12,99% em 2000 se viu aumentada para 17,97% em 2010. Na Região Metropolitana de Campinas o percentual de favelados diminuiu de 6,16% para 5,88%, embora em números absolutos verifica-se um

acréscimo de mais de 21 mil pessoas. Nas outras unidades territoriais a proporção de favelados é bem mais baixa, embora - a não ser na UR de Bragantina - se mostre crescente.

As taxas de crescimento decenais da população e dos domicílios favelados mostraram-se maiores que as taxas de crescimento da população e dos domicílios totais, a não ser na UR Bragantina, onde a população favelada decresceu e na Região Metropolitana de Campinas, onde a população total cresceu mais que a favelada. Na Unidade Regional Bragantina apenas o município de Atibaia tem uma favela com 1241 moradores (0,98% da população municipal em 2010). Os outros 9 municípios da região não têm favelas. Na Região Metropolitana de Campinas a taxa de crescimento da população total foi de 1,91% ao ano, 38% maior que a da população favelada, de 1,44%.

Na metrópole de São Paulo a taxa de crescimento da população favelada é 2,56 vezes a taxa da população total; na Baixada Santista, o quociente atinge 3,61; na Região Vale do Paraíba Litoral Norte a taxa de crescimento da população favelada foi 7 vezes maior que a da população total; na Região Metropolitana de Sorocaba foi 10 vezes maior, embora o total de favelados seja de apenas 4.302 habitantes (1225 em Itu e 3077 em Votorantim); na Aglomeração Urbana de Jundiaí foi apenas 1,17 vezes maior que a taxa da população total e na AU Piracicaba o quociente foi um.

Tanto para os domicílios totais com para os favelados percebe-se uma diminuição da densidade domiciliar entre 2000 e 2010, embora a densidade se mantenha maior nas favelas. Isto reflete não apenas a queda da fecundidade, que se deu em todas as camadas populacionais, como uma relativa melhoria das condições domiciliares, mesmo em assentamentos precários, com diminuição do congestionamento. (D'OTTAVIANO e PASTERNAK 2015)

Uma questão se coloca com clareza: o quanto deste aumento da população dos chamados assentamentos subnormais se deveu à melhoria e atualização das bases do IBGE em 2010, quando este instituto contou com fotos de satélite para apurar a coleta de dados em favelas, e quanto foi devido realmente a um incremento demográfico nas favelas? Segundo técnicos, na região Sudeste o levantamento de 2000 foi bastante satisfatório, sendo que as bases de 2010 não acusaram diferenças significativas. Os maiores volumes de favelados estão em São Paulo, Baixada Santista e Campinas, tanto em 2000 como em 2010. Chama a atenção o crescimento dos domicílios favelados em Jundiaí, onde quase dobraram. Na AU Piracicaba o crescimento domiciliar nos assentamentos subnormais foi também bastante grande. Na Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte, embora a população favelada seja ainda inferior a 20 mil pessoas, chama a atenção a enorme taxa de crescimento. Nesta região as favelas concentram-se em Jacareí, São José dos Campos e Caçapava, ou seja, nos municípios mais industrializados.

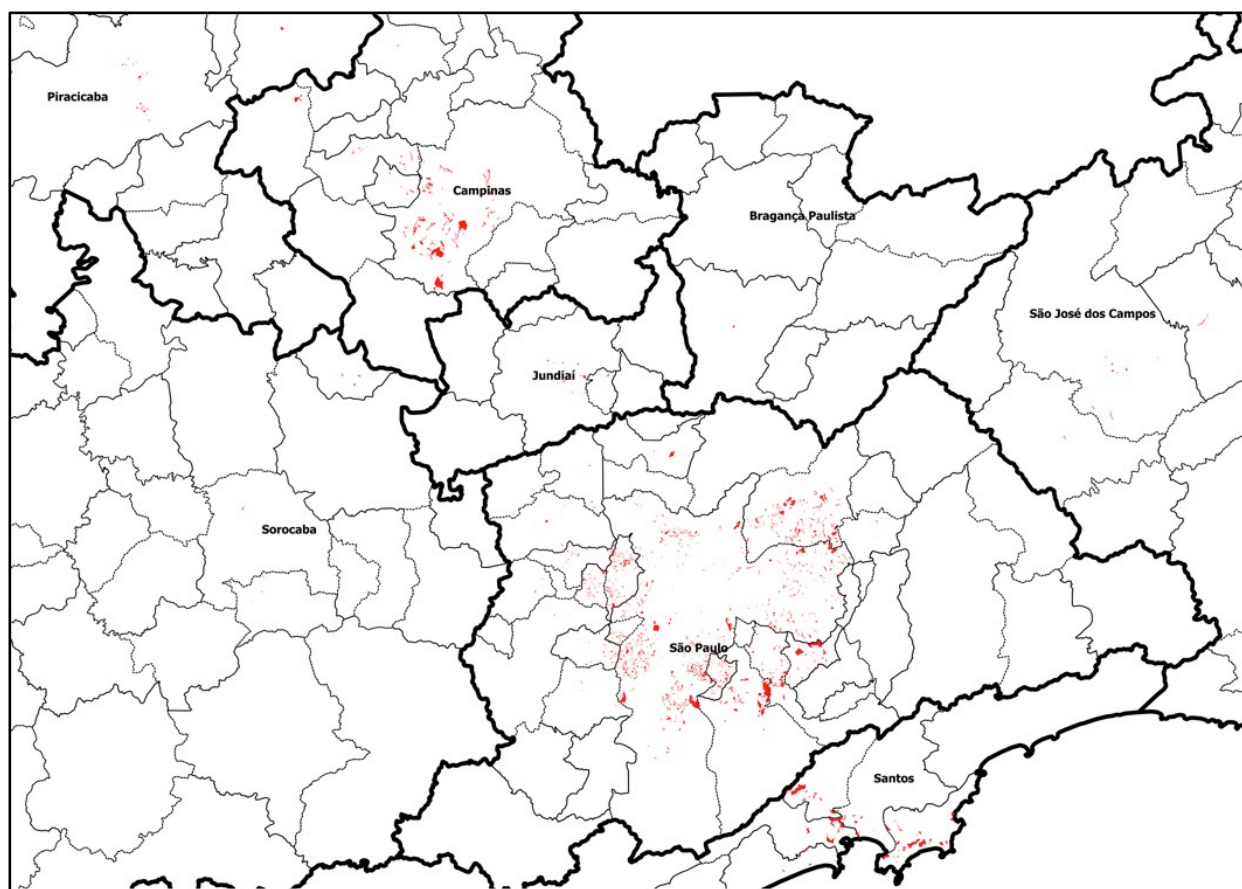
Tabela 9 - Densidade domiciliar nas favelas e para o total dos domicílios, por unidade territorial da MMP, 2000 e 2010



Unidades Territoriais da MMP	Densidade domiciliar			
	Favela		Total	
	2000	2010	2000	2010
RMSP	3,97	3,64	3,54	3,20
RMBS	3,87	3,56	3,45	3,13
RMC	3,97	3,70	3,51	3,13
RMVP	4,18	3,64	3,69	3,11
RMS	4,17	3,82	3,71	3,07
AUJ	5,13	3,72	3,58	3,09
AUP	4,25	3,36	3,61	3,25
URB	4,31	3,50	3,64	3,25
Total MMP	3,97	3,63	3,56	3,17

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

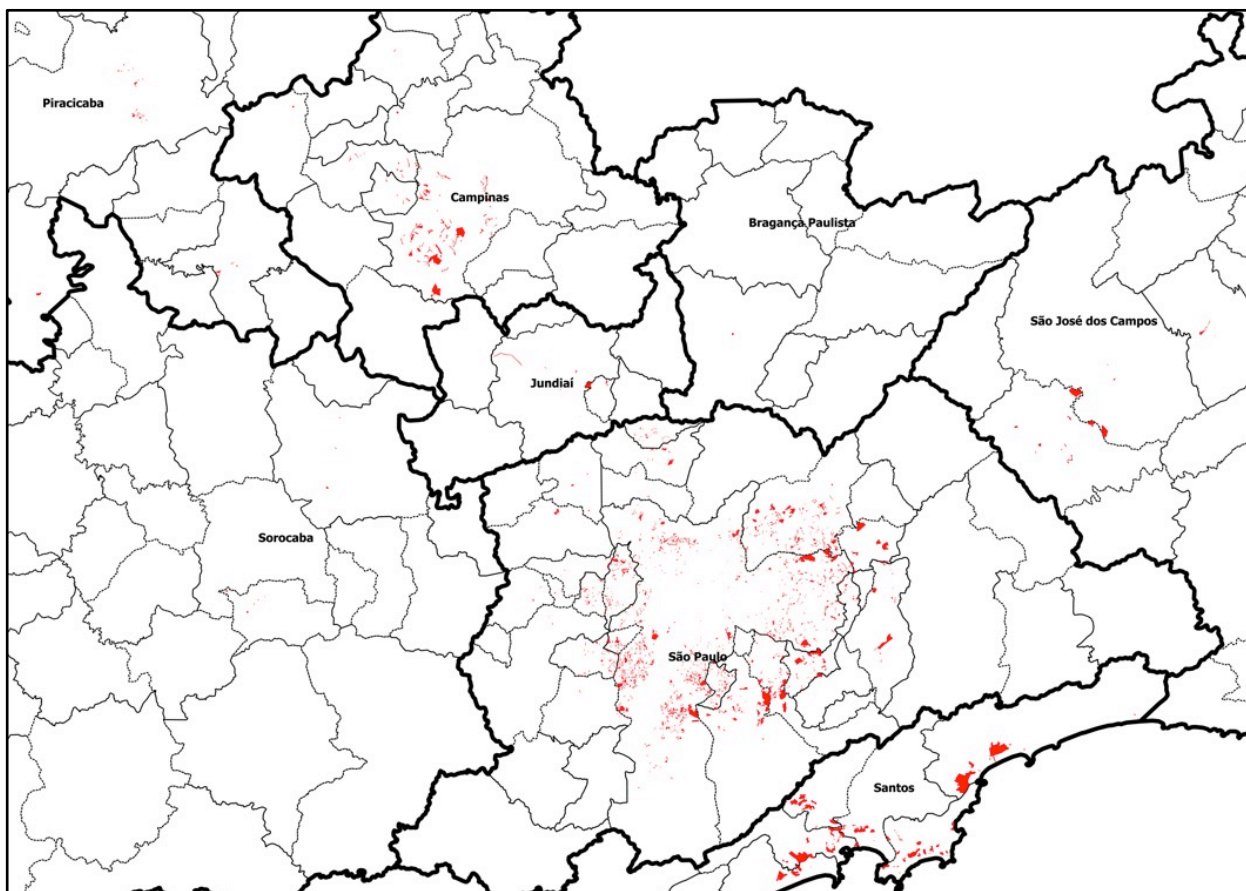
Figura 3 – Setores Subnormais na Macrometrópole Paulista em 2000



Fonte: Censo IBGE 2000.



Figura 4 – Setores Subnormais na Macrometrópole Paulista em 2010



Fonte: Censo IBGE 2010.

FAVELAS POR NÍVEL DE INTEGRAÇÃO

Para a análise das favelas por nível de integração foram excluídos os domicílios da Região Metropolitana de Sorocaba e da Unidade Regional Bragantina. Como já foi apontado, o trabalho de Ribeiro et al (2012) mostrou a contiguidade territorial entre as unidades territoriais da RM São Paulo, RM Baixada Santista, RM Campinas, RM Vale do Paraíba Litoral Norte, AU Jundiaí e AU Piracicaba. A Região Metropolitana de Sorocaba e a Unidade Regional de Bragantina não foram objeto de análise naquele momento. Em relação à precariedade habitacional, na RM Sorocaba em 2010 computaram-se apenas 1.126 domicílios favelados e na UR Bragantina, 354, num total de 1.480, 2,0% do total de domicílios favelados. Dada a pouca representatividade deste total e da ausência de um estudo sobre os níveis de integração nestas unidades territoriais, optou-se por prosseguir a análise das favelas por nível de integração sem a participação destas unidades territoriais.



Tabela 10 - Domicílios e população favelada por nível de integração, MMP, 2000 e 2010 (excluindo RM Sorocaba e UR Bragantina)

Municípios por Nível de Integração	Favelados em número absoluto				Favelados em percentual			
	2000		2010		2000		2010	
	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População	Domicílios	População
Polo	273.973	1.088.278	418.308	1.511.626	53,77%	53,87%	56,46%	56,27%
Extensão do polo	177.116	702.296	212.306	775.548	34,76%	34,76%	28,66%	28,87%
Muito alto	56.005	220.073	103.860	376.044	10,99%	10,89%	14,02%	14,00%
Alto	2.321	9.222	5.357	19.560	0,46%	0,46%	0,72%	0,73%
Média	122	489	1.039	3.693	0,02%	0,02%	0,14%	0,14%
Total	509.537	2.020.358	740.870	2.686.471	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010

Nota-se claramente que os domicílios e a população favelada concentram-se nos chamados polos de cada unidade territorial. Esta alta concentração – de mais de 50%, tanto em 2000 como em 2010, aumenta ligeiramente em 2010. Uma das hipóteses para tal aumento seria que a mobilidade está tão problemática e o preço da terra, mesmo na periferia, muito elevado, fazendo que a alternativa da invasão no centro seja mais adequada. Além disso, as condições de moradia nas favelas melhoraram muito na última década, pelas políticas públicas de urbanização que, muitas vezes, garantem a permanência dos moradores.

O percentual de domicílios e moradores favelados caiu na extensão do polo. Esta categoria de nível de integração só se apresenta na metrópole de São Paulo, e compreende os municípios de Carapicuíba, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Taboão da Serra. Embora todos estes municípios tenham favelas, com exceção de São Caetano, alguns com proporção alta de favelados, notam-se que as taxas de crescimento totais, tanto de domicílios (5,38% ao ano no período 2000 -2010), como da população total (3,28% ao ano no mesmo período) forma maiores que as taxas de crescimento dos domicílios favelados (4,18%) e da população favelada (2,25%). Diadema chegou a diminuir o percentual de moradores em favela.

A concentração aumentou nos chamados municípios com muito alta integração: a proporção de domicílios favelados era de quase 11% em 2000, subindo para 14% em 2010. Este fenômeno é visível nas unidades territoriais que não apresentam municípios de extensão do polo. São municípios mais industrializados e com mercado de trabalho mais promissor. Na Baixada Santista, Cubatão tem, em 2010, mais de 40% dos domicílios em favela, Guarujá cerca de 30%, São Vicente 26%.

Os municípios com alto nível de integração e os com médio nível tem proporção reduzida de favelados, enquanto que os de baixo nível não tem favelas.

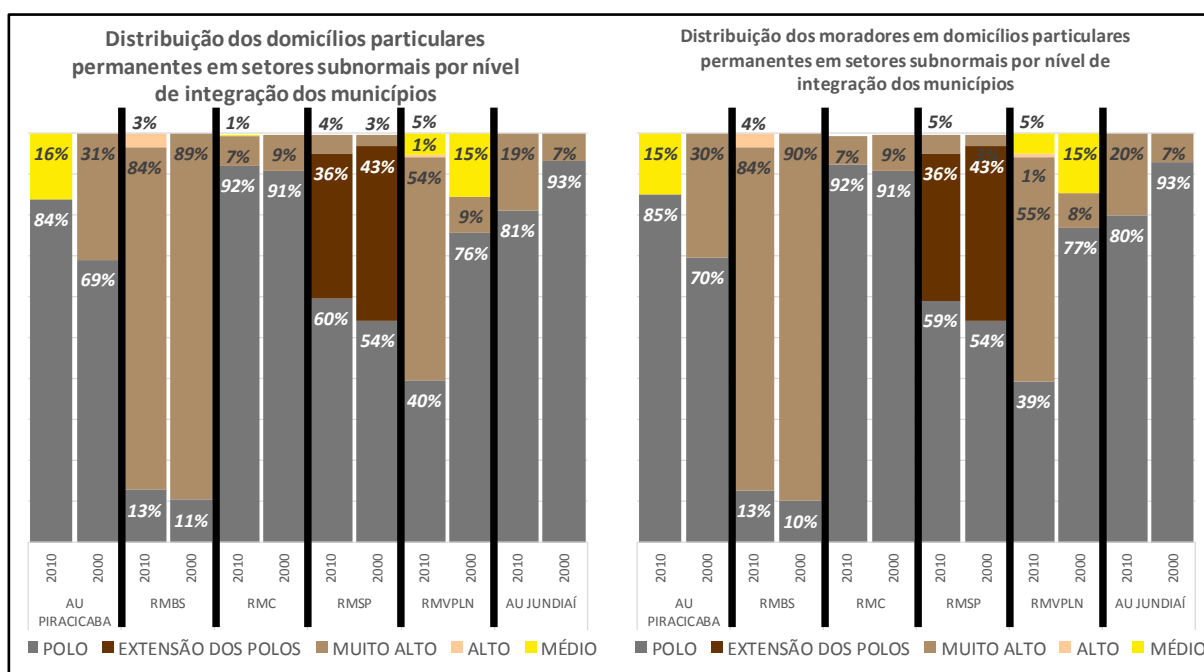


Os gráficos a seguir (Figura 5) mostram que a distribuição de domicílios e moradores em setores censitários subnormais entre os municípios com diferentes níveis de integração é similar em cada sub-região (RM ou AU) analisada da Macrometrópole Paulista. Assim, por exemplo, em 2000 na AU Piracicaba 69% dos domicílios e 70% dos moradores em setores subnormais estavam no município polo. Por outro lado, há diferenças significativas entre as dinâmicas de cada sub-região na década.

Na AU Piracicaba houve uma redistribuição de domicílios e população favelada dos municípios com nível de integração muito alto (em torno de 30% em 2000) para municípios com nível de integração médio (16% dos domicílios e 15% dos moradores em 2010) e para o município polo com acréscimo de 15 pontos percentuais de participação no total desta sub-região. Já na AU Jundiá a redistribuição, em menor escala (12% a 13%), foi do município polo para aqueles com nível de integração muito alto.

Já na RM Vale do Paraíba e Litoral Norte houve redução na participação do município polo (São José dos Campos) de mais de 75% em 2000 para cerca de 40% em 2010, e dos municípios com nível de integração médio de 15% para 5% na década. Esta redução foi compensada pelo aumento de aproximadamente 45% na participação dos municípios com nível de integração muito alto.

Figura 5 – Domicílios e moradores em setores subnormais por Nível de Integração dos municípios em cada RM ou AU



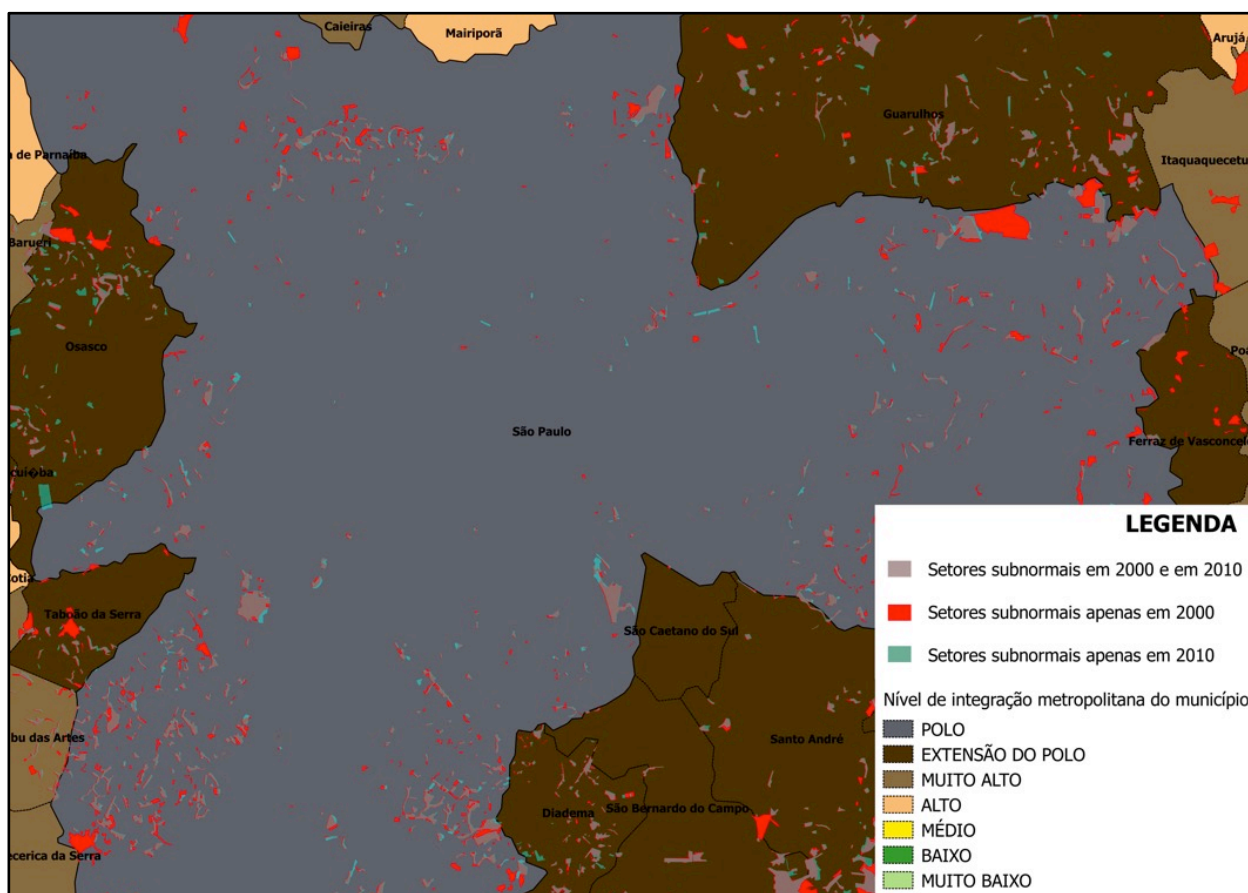
Fonte: Censos IBGE (2000, 2010) e RIBEIRO et al. 2012. Elaboração própria.

Na Baixada Santista merece destaque, em comparação com as demais sub-regiões analisadas, a baixa concentração dos domicílios e moradores em setores subnormais no município polo, Santos.



As regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo mantiveram ao longo da década praticamente a mesma distribuição, entre os municípios de diferentes níveis de integração, de domicílios e moradores em setores censitários subnormais. Destacam-se a elevada concentração no município polo de Campinas, superior a 90%, e, no caso de São Paulo, do conjunto polo mais municípios com nível de integração extensão dos polos que concentram mais de 95% dos domicílios e moradores em setores subnormais.

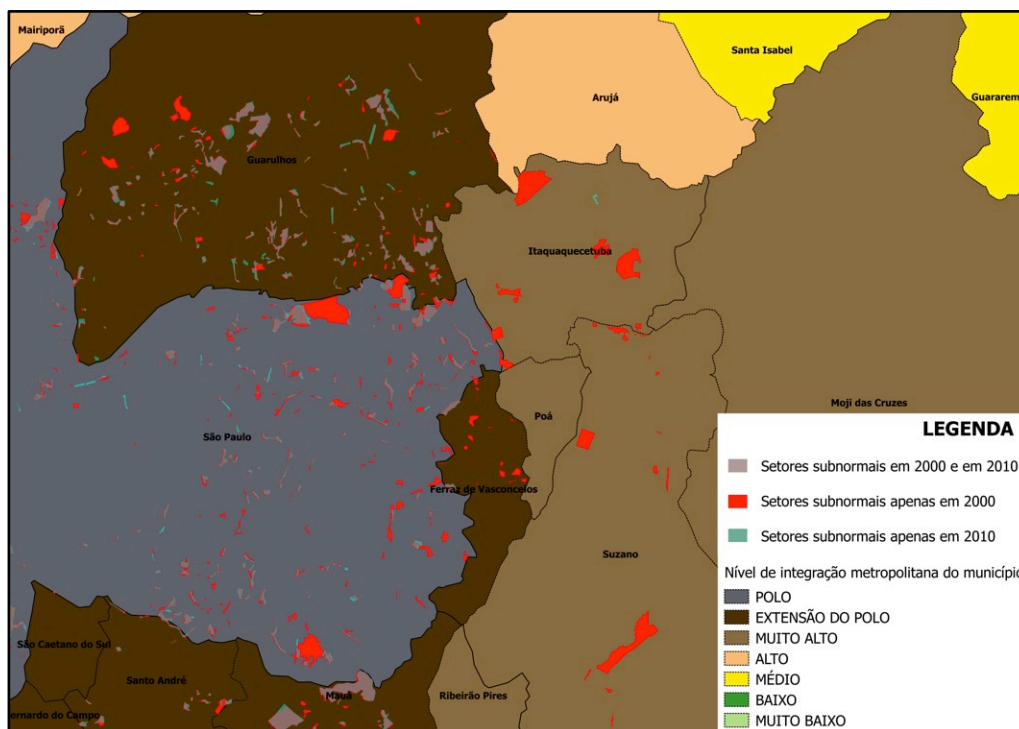
Figura 6 – Município de São Paulo – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

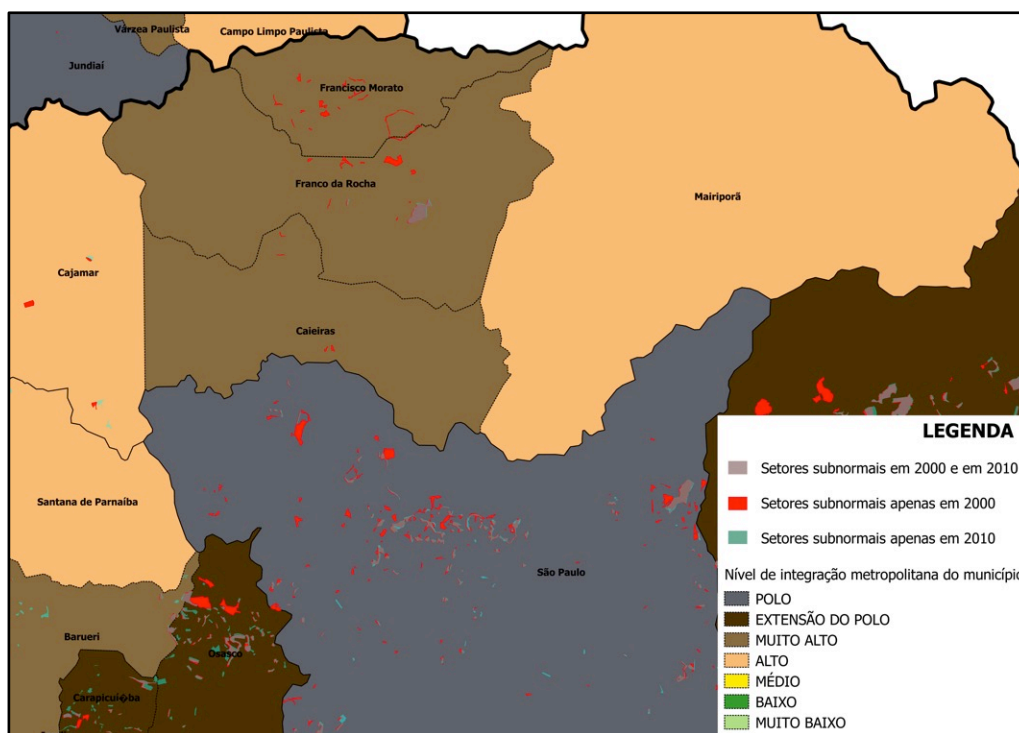


Figura 7 – Região Metropolitana de São Paulo/Leste e Município de SP – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



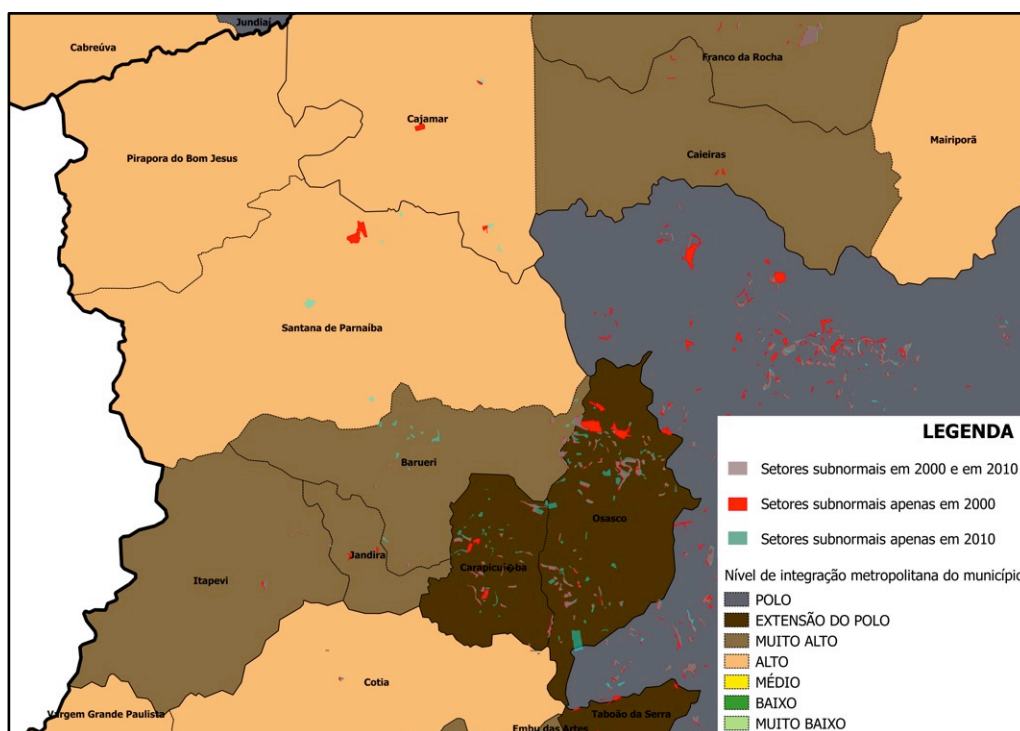
Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

Figura 8 – Região Metropolitana de São Paulo/Norte e Município de SP – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



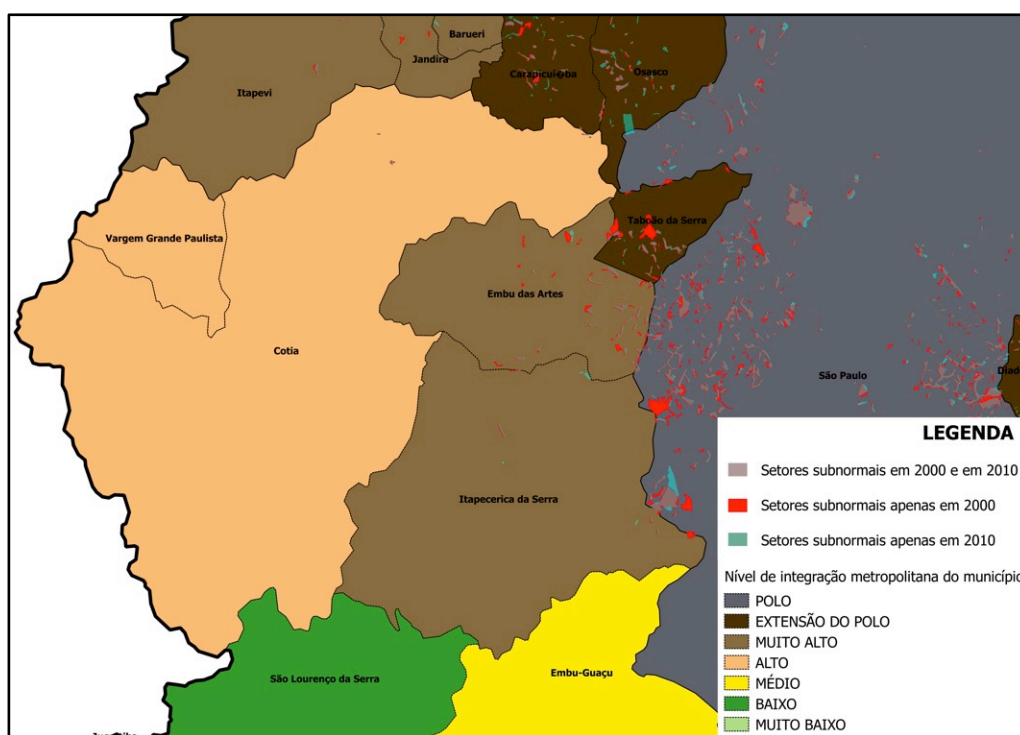
Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

Figura 9 – Região Metropolitana de São Paulo/Oeste e Município de SP – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

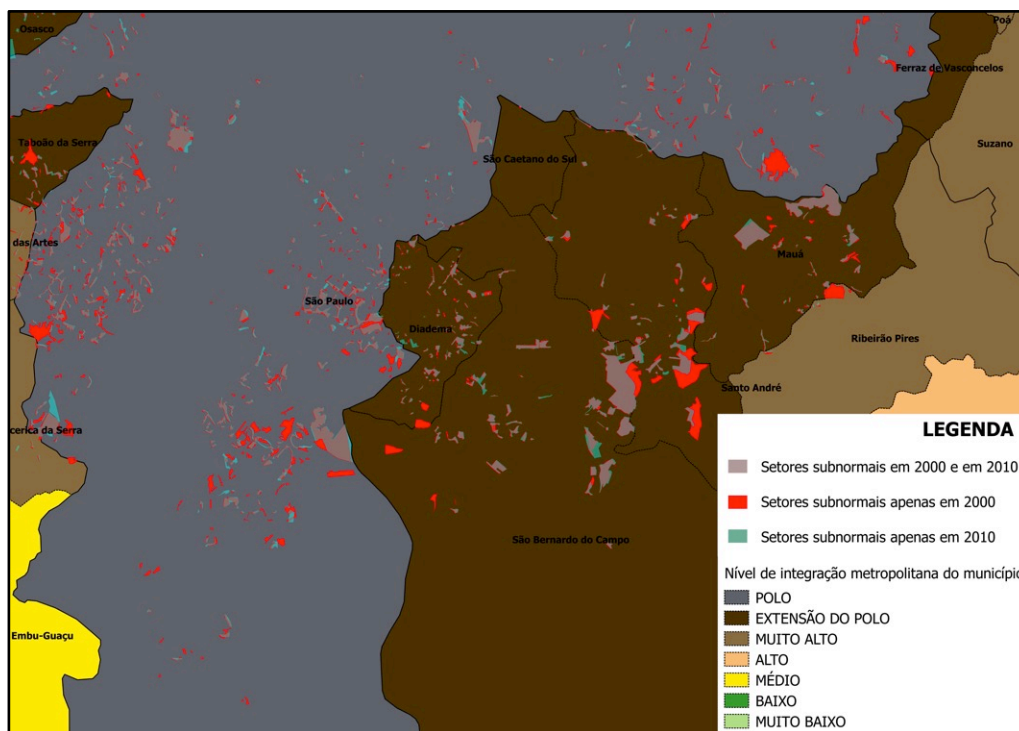
Figura 10 – Região Metropolitana de São Paulo/Sudoeste e Município de SP – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

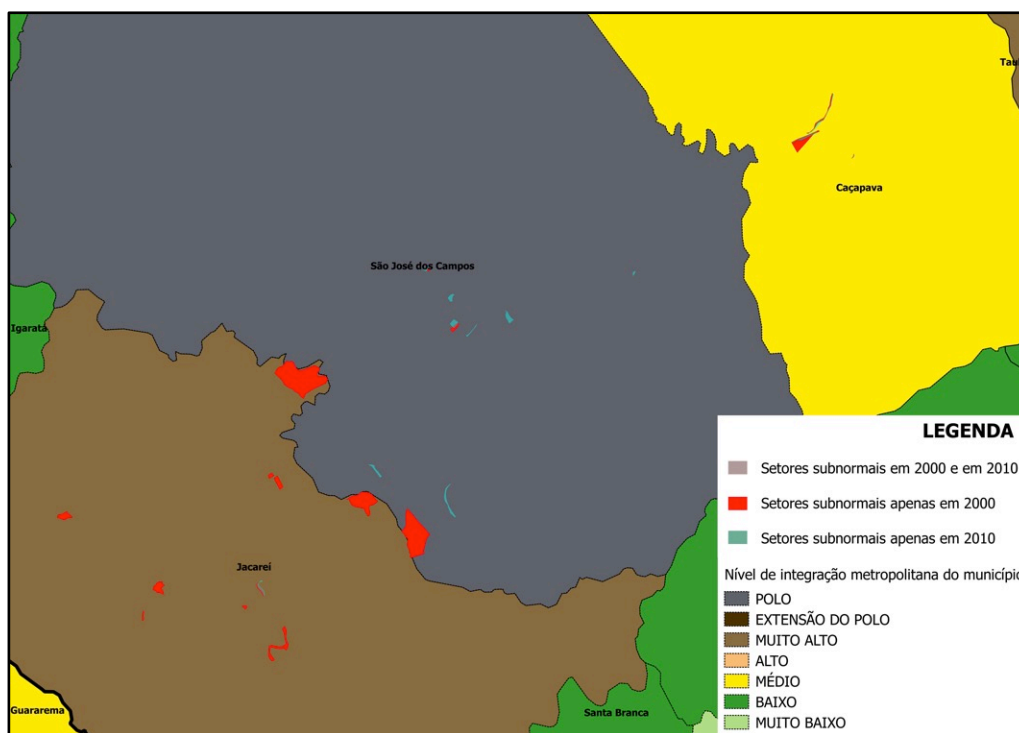


Figura 11 – Região Metropolitana de São Paulo/Sudeste e Município de SP – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

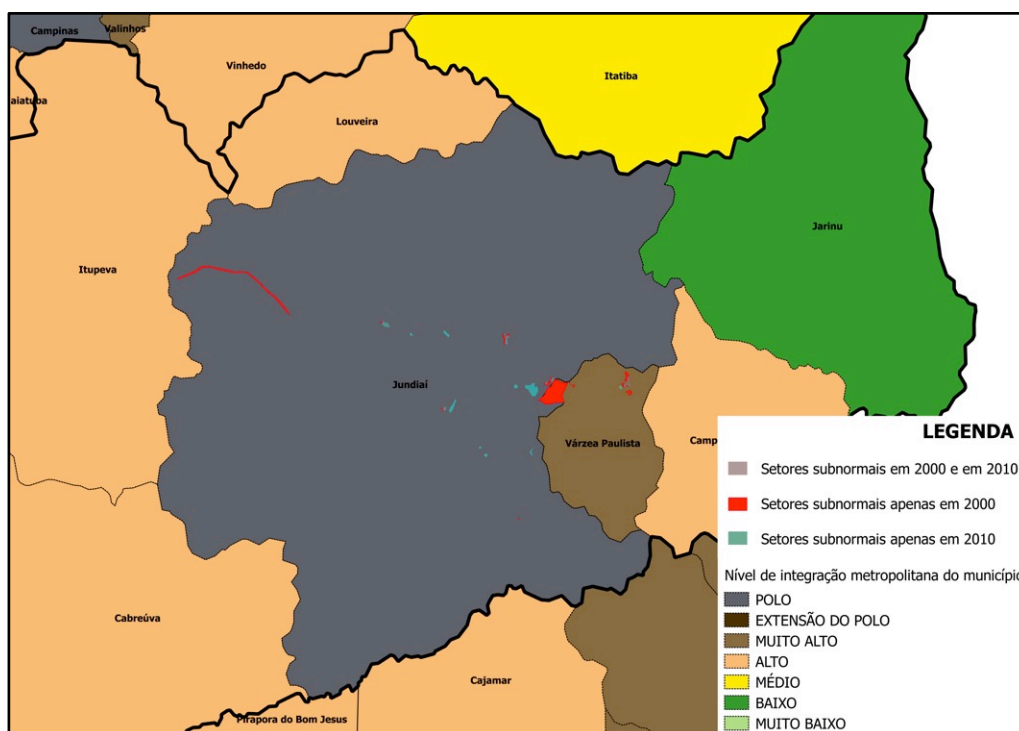
Figura 12 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

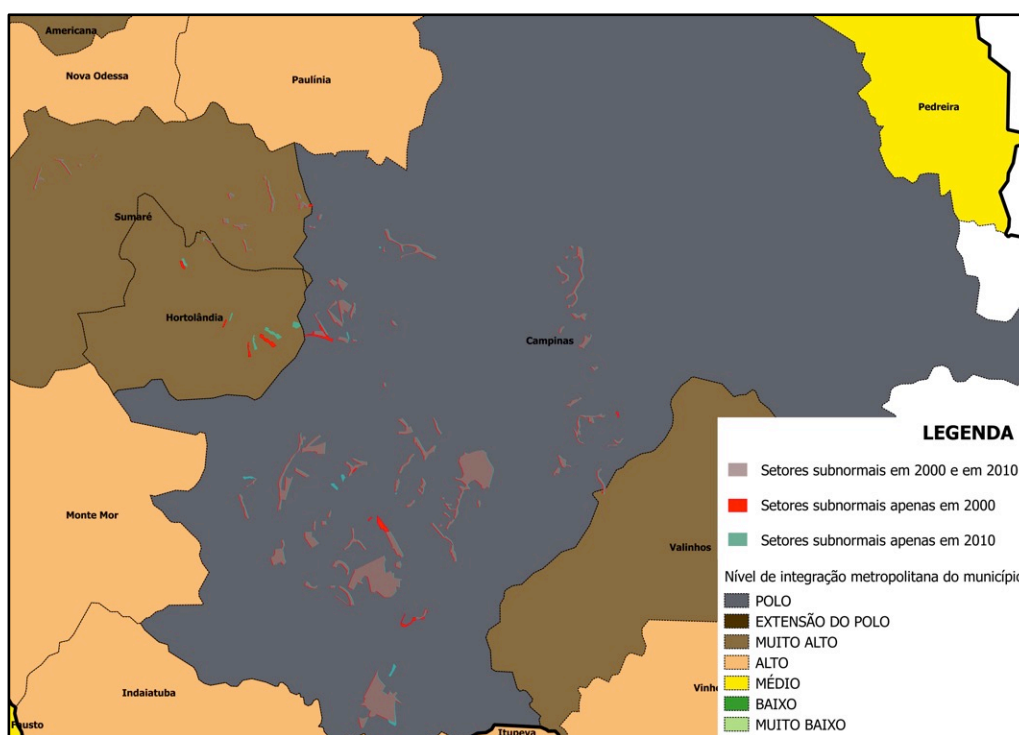


Figura 13 – Aglomeração Urbana de Jundiaí – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

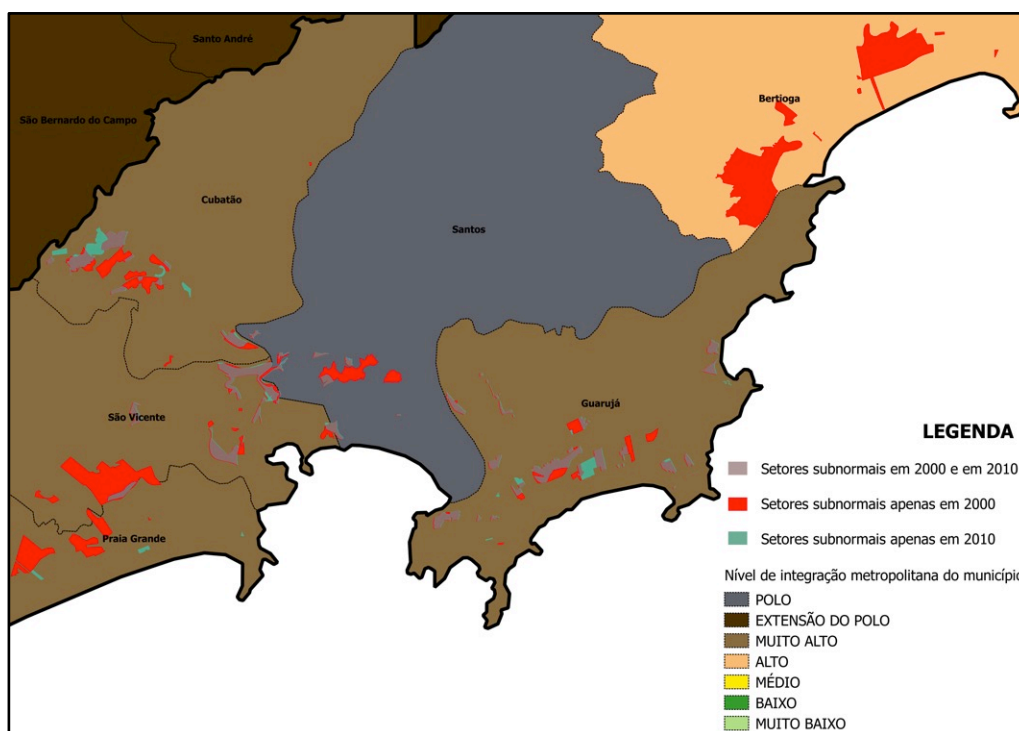
Figura 14 – Região Metropolitana de Campinas – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.



Figura 15 – Região Metropolitana da Baixada Santista – setores subnormais em 2000 e 2010 por município segundo seu Nível de Integração Metropolitana



Fonte: Censos IBGE 2000 e 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de olhar para além da metrópole, dado o momento atual da urbanização e da dispersão urbana, trouxe junto a questão inicial: qual seria a cara da precariedade habitacional neste novo espaço analítico? A concentração populacional na macrometrópole paulista aumentou entre 2000 e 2010. Teria a precariedade da moradia aumentado também? E onde teria aumentado?

Um dos cortes de análise relaciona-se com os níveis de integração. Municípios polo e de extensão do polo têm, nitidamente, um caráter metropolitano. Municípios com muito alta e alta integração também apresentam dinâmica metropolitana. Já alguns municípios com alta integração e os de média integração representariam um estágio de transição para uma participação mais efetiva na dinâmica metropolitana. Já os de baixo e muito baixo nível de integração integram a metrópole apenas de forma institucional. Assim uma análise por nível de integração poderia elucidar se os municípios com dinâmica mais metropolitana seriam realmente os que mais apresentam favelas.

A precariedade habitacional não pode ser reduzida apenas às moradias faveladas. Entretanto, este é um indicador disponível para todos os municípios e segue a mesma



definição nos diversos censos. A leitura dos dados dos assentamentos subnormais - *proxy* das favelas - mostra um forte aumento da população favelada na macrometrópole, com o número de domicílios favelados aumentado 45% em 10 anos. O percentual de casas faveladas passou de 6,80% para 7,84% do total de domicílios, representando um aumento de mais de 233 mil moradias em favelas, 17,5% do incremento total de domicílios na região. A taxa de crescimento anual dos domicílios favelados foi 1,62 vezes maior que a taxa de crescimento dos domicílios totais.

Este crescimento não se deu de forma homogênea tanto por unidade territorial da MMP, como por tipo de nível de integração. Em relação às unidades territoriais, o crescimento da população favelada é mais evidente nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Na RM Campinas a proporção de favelados caiu, embora com aumento absoluto de 21 mil pessoas. Nas outras unidades territoriais a proporção de favelados é bem mais baixa.

Em relação aos níveis de integração, embora o volume de população favelada esteja concentrado nos municípios polo (56,27% do total de favelados em 2010), a taxa de crescimento desta população não é a mais alta, atingindo 3,34% ao ano entre 2000 e 2010. Para os municípios de extensão do polo (presentes apenas na metrópole de São Paulo) a taxa de crescimento da população favelada na década foi menor, de apenas 1% ao ano. Já entre os municípios da macrometrópole com nível de integração muito alto a taxa de crescimento foi bem maior (1,65 vezes) que a dos municípios polo: 5,5% ao ano. E quanto menor o nível de integração, maior a taxa: para os municípios com alto nível de integração a taxa de crescimento da população favelada atingiu 7,81% anuais e para os de média integração, 22,41% anuais.

É claro que os volumes reduzidos de população favelada nos municípios com alto e médio nível de integração fazem com que qualquer aumento em números absolutos se transforme em altas taxas. Mas mesmo em números absolutos o incremento de população favelada nos municípios com muito alto, alto e médio nível de integração atingiu quase 170 mil pessoas, 40% do incremento de favelados nos polos (423.148). Trata-se de indício que a favelização começa a sair dos polos e se estabelecer em outros municípios, ao menos na macrometrópole.

A maior parte dos domicílios favelados da macrometrópole situava-se em terrenos planos ou com declividade reduzida. Mas o número absoluto de unidades de moradia em terrenos com alta declividade é grande: cerca de 175 mil casas, sobretudo nas metrópoles de São Paulo, Sorocaba e AU Jundiaí.

Cerca de 178 mil domicílios, ou quase 700 mil pessoas, moram em margens de cursos d'água, sujeitos a alagamentos e solapamentos, além da contaminação provável dos cursos d'água. Nas unidades territoriais de Campinas, Sorocaba, Jundiaí e Piracicaba esta proporção era superior a 30%, mostrando um risco grande à saúde pública. Outro risco à saúde pública está no total de 2.600 domicílios localizados em áreas contaminadas: lixões, aterros, terra contaminada), a maior parte deles na metrópole de São Paulo.

A verticalização é uma característica da metrópole de São Paulo. Nas outras unidades territoriais a proporção é mínima. Esta diferença é marcante entre a metrópole de São Paulo e as outras. Na AU Jundiaí existe já uma modesta verticalização, indicando um possível adensamento das favelas, o que tornaria uma intervenção urgente.

A falta de espaço entre unidades domiciliares é uma constante nas metrópoles de São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba Litoral Norte e AU Jundiaí, onde mais de 80% das casas não apresentam espaçamento entre elas. Já em Campinas, Sorocaba e Piracicaba o espaçamento existe, o que sem dúvida vai facilitar projetos de intervenção.

A acessibilidade varia: na metrópole de São Paulo e na Baixada Santista, é ruim. Em Campinas e Piracicaba, assim como na Vale do Paraíba Litoral norte, é razoável. Em Sorocaba, Jundiaí e na UR Bragantina, apesar de não existirem muitas favelas, as existentes mostram péssima acessibilidade: quase não tem ruas e o acesso só se dá por moto, bicicleta ou a pé.

A análise dos dados sobre aglomerados subnormais por nível de integração mostra a urgência de intervenção nos aglomerados com níveis de integração muito alto e alto, com favelas ainda pouco densas e com algum espaço livre, mas em franco processo de crescimento e adensamento.

REFERÊNCIAS

- ABDAL, Alexandre. *São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista*. São Paulo: Papagaio, 2009.
- AZZONI, Carlos Roberto. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- BÓGUS, Lúcia M.M e PASTERNAK, Suzana. *São Paulo: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2016.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970 e 1970-1995*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*”. *Revista Nova Economia*, vol. 3, nº 1, 1993.
- D’OTTAVIANO, Camila e PASTERNAK, Suzana. *Políticas recentes de melhorias urbanas: municípios pequenos e médios e favelas*. *RBEUR*, V.17, N.1, 2015, p.75-88.
- LENCIONI, Sandra. *Geografia e Região*. São Paulo, EDUSP, 2014.

- LENCIONI, Sandra. *Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo*. Revista de Geografia Norte Grande, v. 39, pp. 7-20, 2008.
- LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Scripta Nova, Barcelona, vol. XI, n. 245 (07), 2007.
- MEYER, Regina M.P., GALVÃO, Roberta F. P., e LONGO, Marlon R. São Paulo e suas escalas de urbanização: cidade, metrópole e macrometrópole. Revista Iberoamericana de Urbanismo, nº12, 2015.
- NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Unicamp, 1996.
- OTERO, Estevam Vanale. Otero. Reestruturação urbana em cidades médias paulistas: a cidades. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2016.
- REIS, Nestor Goulart e TANAKA, Marta Soban (coord). Brasil. Estudos sobre dispersão urbana. São Paulo: FAUUSP, 2007.
- REIS, Nestor Goulart. Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo; e SILVA, Érica Tavares da (coord.). Níveis de Integração dos Municípios Brasileiros em RMs, Rides e AUs à Dinâmica da Metropolização. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2012.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. A Produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPÓSITO, M.E.B. (Orgs.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. Urbanização Difusa e Cidades Dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas. In: REIS, N.G. *Sobre Dispersão Urbana*. São Paulo: Via das Artes, 2009.